

NEWSLETTER
Informação Fiscal, Contabilística e Societária

Edição: Maio de 2008

1- MENSAGEM DA DIRECÇÃO

Assistimos apavorados à subida imparável do preço do petróleo, com consequências imprevisíveis na economia em geral e em particular na gestão e desempenho das empresas.

Perante este cenário os governantes locais, comunitários e internacionais parecem cruzar os braços, numa afirmação de incapacidade para enfrentarem o problema.

Estamos numa pura lógica de cartel, preços combinados e movimentos especulativos.

É bom que façamos as contas:

Em 2000, um barril de petróleo custava 63 USD, ou seja, 70 €, já que a relação cambial era de 1,00 € para 0,09 USD.

Em 2008, com dados de finais de Maio, um barril de petróleo custa 140 USD, ou seja, 87,50 €, considerando o câmbio 1,00€=1,60 USD.

Focando-nos na moeda euro a subida de preço do barril de petróleo de 2008 face a 2000 é de 38,88%, enquanto que o litro do gasóleo passou de 0,60€ para 1,41€, mais que duplicou portanto.

Como diz o povo os números não enganam...

Temos de diminuir progressivamente a dependência do petróleo conjugando esforços e processos de interligação entre todos os agentes económicos.

Nenhum sistema está isolado – a interacção com a mudança é essencial.

Com consideração,

A Direcção

Paulo Anjos

2. FALTA DO COMPROVATIVO DO PAGAMENTO DO IUC

A falta de apresentação do documento comprovativo do pagamento do Imposto Único de circulação (IUC) não constitui uma infracção e não deve por isso ser sancionando com coima.

Os processos de contra-ordenação que sejam instaurados com fundamento na falta de apresentação do comprovativo, deverão ser anulados por insubsistência, independentemente de o contribuinte ter ou não pago o IUC.

No entanto, se o comprovativo de pagamento não foi apresentado porque o imposto não se encontra pago, haverá lugar à instauração de um processo de contra-ordenação pela falta de pagamento do imposto. Este assunto foi objecto de um esclarecimento divulgado pela Administração tributária, para harmonização dos procedimentos praticados pelas diversas entidades intervenientes neste processo.

Quando o imposto seja pago fora de prazo, a coima aplicada poderá ser reduzida a 25% (se a regularização ocorrer nos 30 dias seguintes ao final do prazo) ou 50%, desde que o contribuinte regularize a situação por sua iniciativa e antes de ser levantado auto de notícia.

Caso a falta de pagamento seja detectada por qualquer entidade com competência para a sua fiscalização (DGCI, GNR, PSP, Municípios, Conservatória do registo Automóvel, capitania dos portos, aeroportos, etc.), esta entidade é obrigada a participar a infracção ou a levantar auto de notícia, afastando a possibilidade de redução da coima a 50%.

Quando seja detectada a falta de pagamento deste imposto, a entidade fiscalizadora deve promover a regularização do pagamento em falta, cobrando o imposto e a coima devidos, mediante cálculo provisório do imposto e da coima mínima.

Apesar deste pagamento, o processo de contra-ordenação será instaurado devendo o infractor apresentar a sua defesa, alegando, designadamente, que a infracção já foi regularizada e requerendo a redução da coima ou aplicação da coima mínima.

3. CANDIDATURAS AOS APOIOS DE MODERNIZAÇÃO DO COMÉRCIO

O Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio (MODCOM) sofreu alterações, e foi definida uma nova fase para a candidatura de novos projectos.

Com base no SIMPLEX, este sistema sofreu uma simplificação de procedimentos, diminuindo os custos de acesso para as empresas beneficiárias e para as estruturas associativas, tendo sido igualmente melhoradas as condições de acesso dos agentes de comércio não sedentário.

Desta forma, a partir de 15 de Maio passado e até 18 de Julho, as candidaturas de projectos empresariais de modernização comercial, de integração comercial ou de promoção de centros urbanos, podem ser enviadas para o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação(IAPMEI).

Apoios para projectos empresariais de modernização comercial

Para este tipo de projectos, há agora uma dotação de 10,5 milhões de euros, dos quais 8 milhões são igualmente repartidos entre projectos relativos a empresas adquiridas ou constituídas há menos de três anos por jovens empresários e projectos individuais de pequena dimensão que visem aumentar a competitividade empresarial.

Os restantes 2,5 milhões de euros pretendem contribuir para a modernização de pequenas unidades comerciais nas zonas rurais. Assim, 1,5 milhões são atribuídos a projectos conjuntos de modernização comercial de empresas em espaços rurais, apresentados por associações, e 1 milhão a projectos individuais de pequena dimensão.

No caso dos projectos empresariais de modernização comercial serem seleccionados, obterão um incentivo não reembolsável, correspondente a 35% das despesas elegíveis para as empresas e a 60% das despesas elegíveis para as associações.

Este incentivo está limitado a 35 mil euros por projecto, excepto no caso das associações, em que o limite por projecto é de 150 mil euros. Existem, no entanto, limites máximos por cada rubrica, como por exemplo o limite de 10 mil euros por empresa, para a aquisição e registo de marcas.

Apoios a projectos de integração comercial

Os projectos de investimento que promovam objectivos comuns geradores de dimensão crítica adequada através, nomeadamente, da racionalização de custos de distribuição, terão uma dotação de 6 milhões de euros, dos quais 4 milhões serão para apoiar projectos que visem o estabelecimento ou a consolidação de um modelo de integração comum através da criação e promoção de novas redes empresariais ou o desenvolvimento de redes já existentes.

Podem ser beneficiárias destes apoios micro, pequenas empresas e médias empresas e agrupamentos constituídos maioritariamente por micro e pequenas empresas, independentemente da sua forma jurídica, cuja actividade se encontre entre as já anteriormente referidas ou que tenham actividade de consultadoria para os negócios e a gestão.

Os restantes 2 milhões serão distribuídos por projectos de adesão a uma rede empresarial já existente ou a criar ou que se integrem numa estratégia global de modernização da rede em que se inserem.

Apoios a projectos de promoção comercial dos centros urbanos

Por último, para estes projectos está prevista uma dotação de 3,5 milhões de euros. Podem beneficiar destes apoios as estruturas associativas empresariais (organizações económicas e patronais) do sector do comércio ou outras estruturas associativas empresariais equiparadas. Se estes projectos forem seleccionados, obterão um incentivo não reembolsável, correspondente a 60% das despesas elegíveis, não podendo cada projecto ultrapassar os 60 mil euros.